

Remarcação de preço passará a ser crime

O ministro da Justiça, Bernardo Cabral, informou, ontem, após a transmissão de cargo no Ministério da Justiça, que o Governo encaminha hoje ao Congresso Nacional, medida provisória que responsabiliza criminalmente as remarcações de preços. A decisão faz parte do conjunto de medidas de saneamento da economia elaborado pela equipe da ministra da zélia Cardoso de Mello. Ao receber a pasta do ex-ministro Saulo Ramos, o novo titular anunciou os principais nomes que vão compor sua equipe e dedicou cerca de duas horas aos cumprimentos de inúmeras autoridades entre ministros, governadores, juristas, parlamentares e, até mesmo, do irmão do presidente Collor de Mello, Leopoldo.

Cabral disse que há dois dias está sendo feito um levantamento de preços em todas as unidades da Federação que servirá de referência para o controle dos reajustes. O delegado Romeu Tuma, que agora acumula a diretoria-geral do Departamento de Polícia Federal, vinculado ao Ministério da Justiça e às superintendências da Receita Federal e de Abastecimento (Sunab), lembrou que a atual lei da economia popular não possui instrumentos para punir os remarcadores que, a partir de hoje, poderão ser detidos, processados e condenados.

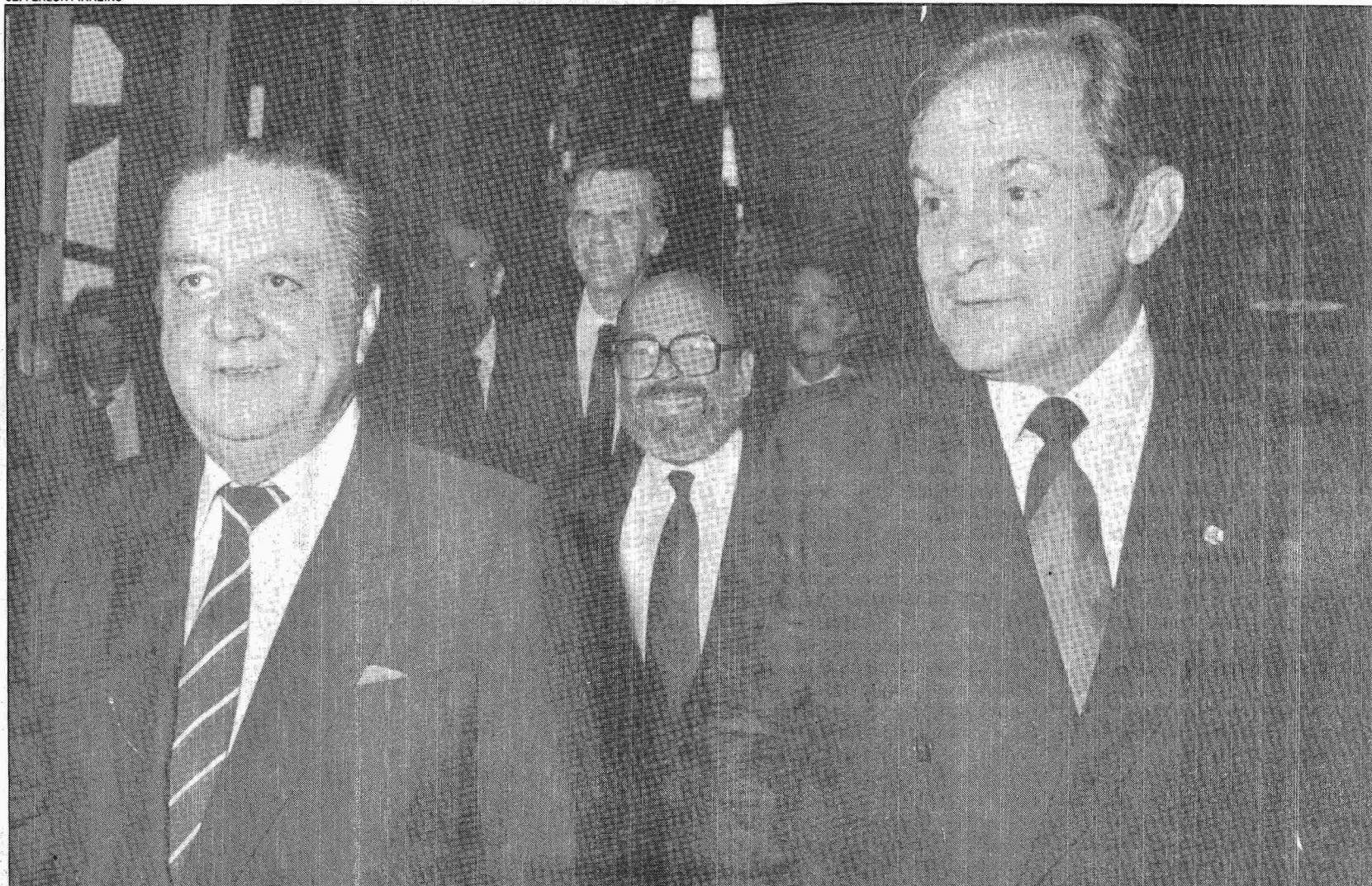
O jurista Tércio Ferraz Sam-

paio irá ocupar a antiga Secretaria Geral, agora "Executiva"; o juiz carioca aposentado Hamilton Barbosa ficará na chefia de gabinete e o advogado Kleber Ferreira Lima ocupará a Secretaria Administrativa. Para desempenhar as funções de secretário particular, o ministro convidou seu próprio filho, Júlio Bernardo Cabral e anunciou, também, o nome de Antônio Carlos Pojo do Rêgo para a Assessoria Parlamentar e Sérgio Ferraz para a Consultoria Jurídica.

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luiz Antônio Medeiros, presente à cerimônia, disse estar muito preocupado com o pacote econômico que o presidente Collor de Mello anuncia hoje. "Se tirar um tostão dos metalúrgicos de São Paulo, eu vou buscar cada um", ameaçou esclarecendo que, nesse caso, vai negociar "nas bases", empresa por empresa, podendo, inclusive, parar a categoria.

Ainda na solenidade de transmissão de cargo do ministro da Justiça, o ministro do Trabalho, Rogério Magri, disse que as medidas econômicas, na sua opinião, não vão atingir os trabalhadores, mas se o líder dos metalúrgicos assim concluir, terá o seu apoio para reivindicar o compromisso do novo governo de não sacrificar a classe trabalhadora.

JEFFERSON PINHEIRO



Saulo transmitiu o cargo para Bernardo Cabral (D), mas disse que ambos estavam condenados a ficarem juntos na "eternidade" do painel de fotos